



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 05426/19

Objeto: Prestação de Contas Anuais
Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Responsável: Elias Angelino dos Santos - Presidente

EMENTA: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA. Poder Legislativo. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS. Exercício de 2018. PRESIDENTE DE CÂMARA DE VEREADORES – ORDENADOR DE DESPESAS – CONTAS DE GESTÃO – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE JULGAMENTO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N.º18/93. Falha que não tem o condão de macular as contas. Julgamento Regular. Declaração de atendimento integral aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ACÓRDÃO AC1 TC 1029/2019

RELATÓRIO

Cuida este processo da Prestação de Contas Anuais da Mesa da Câmara Municipal de MASSARANDUBA - exercício de 2018, de responsabilidade do Gestor Sr. Elias Angelino dos Santos.

A Auditoria, após análise dos dados eletrônicos apresentados pelo gestor, à vista dos elementos de informação de que se compõe o processo, inclusive, após análise da defesa, sobretudo quanto ao resultado orçamentário, emitiu os relatórios às p. 78/82 e p. 156/161, concluindo pela ocorrência das seguintes inconsistências:

- Pagamento a menor de Contribuição Previdenciária Patronal em relação ao valor estimado (item 7 do Anexo) em: R\$ 4.852,94;
- Existência de cargos comissionados para atividades habituais e rotineiras do serviço público (Agente de Limpeza e Redator de Atas), com infração ao disposto no artigo 37, inciso V da Constituição Federal;
- Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica, em desacordo com o Parecer PN TC 00016/17.

Submetidos os autos ao Órgão Ministerial, este se pronunciou por:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 05426/19

- 1. REGULARIDADE COM RESSALVAS** das contas do Sr. Elias Angelino Dos Santos, na condição de ex-gestor da Câmara Municipal de Massaranduba/PB, relativa ao exercício de 2018;
- 2. APLICAÇÃO DE MULTA PESSOAL** ao gestor acima nominado, com fulcro nos arts. 56 da LOTCE/PB; e
- 3. ENVIO DE RECOMENDAÇÕES** à atual gestão da Câmara Municipal de Massaranduba/PB:
 - a) para que extinga os cargos comissionados de Agente de Limpeza e de Redator de Ata, procedendo à adequação da situação ao texto constitucional, na forma indicada ao longo do Parecer;*
 - b) para que não haja contratação indiscriminada de assessoria jurídica, devendo, para tanto, haver previsão de cargo público para o exercício da função ou, ao menos, para que haja respeito ao disposto na Lei n.º 8.666/93, realizando-se sempre que necessário o procedimento licitatório, inclusive em casos de contratação de serviços advocatícios que não se encaixem precisamente na regra do art. 25, II, na linha do PARECER NORMATIVO PN – TC – 00016/17;*
 - c) para que a remuneração paga a prestadores de serviços seja levada em consideração para fins de recolhimento previdenciário, na forma do que preconiza a Lei nº 8.212/93*

É o relatório, informando que foram expedidas as intimações de praxe.

VOTO DO CONSELHEIRO RELATOR

No tocante **à Gestão Fiscal**, evidencia-se que houve cumprimento integral à LRF.

Quanto aos demais aspectos observados pelo Órgão Técnico, quais sejam: a) Pagamento a menor de Contribuição Previdenciária Patronal em relação ao valor estimado em: R\$ 4.852,94, considerando a irrelevância do valor, acompanho o Órgão Ministerial no sentido relevar esta falha; b) No que tange a existência de cargos comissionados em atividades habituais de serviço público, em virtude de constar apenas dois servidores, sugiro recomendação a Câmara Municipal.

No que se refere a utilização de procedimento licitatório na modalidade de Inexigibilidade na contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica não tem o condão de macular as contas em apreço, porquanto, máxima vênia aos entendimentos



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 05426/19

contrários, entendo que este assunto, malgrado a emissão do Parecer Normativo PN TC 0016/17, ainda é bastante controvertido nesta Corte, nos demais Tribunais de Contas do Brasil e nos Tribunais Superiores (STJ e STF) e, a cada julgamento, o tema tem se aperfeiçoado.

O critério “confiança”, considerando a natureza personalíssima do serviço prestado, tem sido entendido como condição inerente à contratação de serviços técnicos profissionais especializados, o que permite ao gestor contratar, conforme a competência discricionária a ele atribuída, depois de observados se o valor contratado e o porte do contratante estão compatíveis com o praticado no mercado e, também, se a contratação foi precedida de processo licitatório adequado, aquele escritório que mais lhe inspira confiança e, nesta linha, tenho me posicionando nesta Corte.

Ademais, nos autos do processo TC 5075/19, que trata da Inexigibilidade de nº 02/2019 da Câmara Municipal de Bayeux para contratação de serviços profissionais de assessoria técnica contábil com a Astec Group Contadores Associados S/S LTDAⁱ, de minha relatoria, o próprio Ministério de Contas desta Corte, por intermédio do Parecer nº 00295/19, da lavra da Procuradora Isabella Barbosa Marinha Falcão, do dia 22/03/2019, se manifestou contrariamente a adoção de medida cautelar sob o argumento de que embora tenha se configurado o *fumus bonis iuris*, não foi dado vislumbrar o *periculum in mora*, requisito também necessário para se determinar uma medida acautelatória, por não existir nos autos informações firmes acerca dos **possíveis danos causados ao erário em decorrência da continuidade da prestação do serviço**, e, por isso mesmo, sugeriu a complementação da instrução e processamento do procedimento de inexigibilidade na forma ordinária.

Vejamos:

... não se encontram nos autos todos os documentos que devem instruir o procedimento de inexigibilidade propriamente dito, tais como, a **comprovação da natureza singular do serviço e a notória especialização do contratado, bem como a razão da escolha do contratado e a justificativa do preço**. Observa-se que estão presentes nos autos apenas o Termo de Homologação ou Ratificação do referido procedimento, assinado pelo Presidente da Câmara, o contrato dele decorrente e sua publicação, a designação do fiscal do contrato, assim como documentos relativos à regularidade da contratada. (Grifo nosso)

ⁱ A Auditoria se posicionou pela ilegalidade do procedimento e do contrato decorrente, sugerindo a suspensão cautelar



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 05426/19

E arrematou:

...não se demonstrou que da prestação dos serviços nos valores e moldes contratados pudesse decorrer **prejuízo à Administração**, seja quanto à inexistência ou má prestação do serviço, seja pelo prejuízo financeiro por honorários em valores acima dos praticados no mercado, o que também não se comprovou, dado que a média do custo mensal do contrato remonta a R\$ 5.958,33. (Grifo nosso)

Ora, guardadas as devidas proporções, se para contratação de escritório de contabilidade não foi dado verificar prejuízo ao erário, o mesmo também pode ser dito para contratação de escritório advocatício.

Assim, condenar a ilegalidade, estas contratações é, no meu sentir, medida um tanto irrazoável e que deve merecer ponderação desta Corte.

Dito isto, voto no sentido de que este Câmara:

- a) Julgue regulares as contas da Mesa da Câmara Municipal de MASSARANDUBA, relativas ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Elias Angelino dos Santos;
- b) Declare o atendimento integral às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

É como voto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 05426/19

VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS os presentes autos do Processo TC nº 05426/19, referente à Prestação de Contas Anuais advindas da Mesa da Câmara Municipal de MASSARANDUBA, relativa ao exercício de 2018, de responsabilidade do Gestor, Sr. Elias Angelino dos Santos, e

CONSIDERANDO os relatórios da unidade de instrução, o pronunciamento do Órgão Ministerial, o voto do Relator, e o mais que dos autos consta,

ACORDAM os membros integrantes da 1ª Câmara, a unanimidade, na sessão realizada nesta data, em:

- a) Julgar regulares as contas da Mesa da Câmara Municipal de MASSARANDUBA, relativas ao exercício de 2018, de responsabilidade do Sr. Elias Angelino dos Santos;
- b) Declarar o atendimento integral às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Presente ao julgamento o representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TCE – Sala das Sessões da 1ª Câmara, Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 30 de maio de 2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 05426/19

ANEXO
INDICADORES FISCAIS DE CONFORMIDADE OU NÃO**PCA - CÂMARA MUNICIPAL - INDICADORES FISCAIS DE CONFORMIDADE**

ITEM	DESCRIÇÃO	VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE	INFORMAÇÃO / VALOR
1	PCA	A PCA FOI ENCAMINHADA AO TCE (sim/não)	Sim
2	Resultado Orçamentário	Transferência Recebida (a):	R\$ 1.125.313,68
		Despesa Orçamentária (b):	R\$ 1.030.112,47
		Diferença (a - b) ¹ :	R\$ 0,00
3	Despesa Total do Poder Legislativo Art. 29-A	Total da Despesa do Legislativo (a):	R\$ 1.030.112,47
		Base de Cálculo Receita Tributária + Transferência Constitucional (ano anterior) (b):	R\$ 16.416.009,81
		Limite % dos Gastos do Legislativo (c):	7%
		Limite dos Gastos do Legislativo (d) = (c) x (b):	R\$ 1.149.120,69
		Diferença (d - a) ¹	R\$ 0,00
4	Despesa com Folha de Pessoal - art.29 A, §1º da CF	Total de Folha (a)	R\$ 603.778,00
		70% das Transferências Recebidas (b)	R\$ 787.719,58
		Diferença (b - a) ¹	R\$ 0,00
5	Remuneração de Vereadores Art. 29, inc. VII, CF	Receita Orçamentária	R\$ 33.354.839,60
		(-) Fundeb:	R\$ 7.299.960,91
		(-) Convênios:	R\$ 600.695,00
		(-) Programas:	R\$ 7.519.913,88
		(-) Operações de Crédito:	R\$ 0,00
		(-) Alienações:	R\$ 0,00
		(-) Indenizações e Restituições:	R\$ 11.106,92
		(-) Receita de Contribuições:	R\$ 48.434,08
		(-) Receita de Compensação Financeira:	R\$ 0,00
		(=) Receita Efetivamente Arrecadada:	R\$ 17.874.728,81
		5% da Receita Efetivamente Arrecadada no Exercício (a)	R\$ 893.736,44
		Remuneração de Vereadores (b)	R\$ 420.000,00
		Diferença (a - b) ¹	R\$ 0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 05426/19

ITEM	DESCRIÇÃO	VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE	INFORMAÇÃO / VALOR
6	Despesa com Pessoal art. 20, LRF	Aposentadorias (a):	R\$ 0,00
		Pensões (b):	R\$ 0,00
		Vencimentos:	R\$ 603.778,00
		Obrigações patronais (c):	R\$ 133.041,04
		Outras Despesa Variáveis (d):	R\$ 0,00
		Contratação por Tempo Determinado (e):	R\$ 0,00
		Outras Despesas de Pessoal (f):	R\$ 0,00
		Total da Despesa de Pessoal (g) = (a+...+f)	R\$ 736.819,04
		Receita Corrente Líquida: (h)	R\$ 29.801.379,05
		Limite Legal: (i) 6% x (h)	R\$ 1.788.082,74
		Diferença 6 (i - g) ¹	R\$ 0,00
7	Contribuições Previdenciárias	Base de Cálculo (a):	R\$ 656.638,00 ³
		Obrigações Patronais Estimadas (b) = 21% x (a):	R\$ 137.893,98
		Obrigações Patronais Pagas (c):	R\$ 133.041,04
		Diferença (b-c):	R\$ 4.852,94
8	Resultado Financeiro (Art. 1º, §1º, LRF)	Restos a pagar (a):	R\$ 0,00
		Saldo em 31 dezembro (b)	R\$ 0,00
		Diferença (b - a) ¹	R\$ 0,00
9	Verificação de Excesso na Remuneração do Presidente da Câmara de Vereadores	Remuneração do Presidente da Assembleia (Lei 10.435/15, art. 1º, PU (a)) ² :	R\$ 405.156,00
		Limite Percentual Remuneração de Vereadores (art.29, inc. VI, CF) (b):	30%
		Limite para Remuneração em R\$ (c) = (a) x (b)	R\$ 121.546,80
		Remuneração Anual do Presidente da Câmara (d) R	R\$ 84.000,00
		Excesso de Remuneração (e) = (d) - (c) ¹	R\$ 0,00

¹ Diferença/Excesso igual a Zero, quando o resultado da subtração indicada for negativa

² Limitada ao subsídio do Ministro do STF conforme RPL-TC-0006/2017

³ Incluído o valor com serviços de terceiros (páginas 69 a 72)

Assinado 13 de Junho de 2019 às 11:14



Cons. Marcos Antonio da Costa
PRESIDENTE

Assinado 12 de Junho de 2019 às 06:58



Cons. Fernando Rodrigues Catão
RELATOR

Assinado 12 de Junho de 2019 às 10:38



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO